

Boletim Especial Incorporados

BESC

Outubro de 2025



FETRAFI
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES
DO RAMO FINANCEIRO DE
SANTA CATARINA

fetrafisc.org.br



17 ANOS DE LUTA POR ISONOMIA

*O BESC, sua incorporação
e a defesa dos direitos
dos trabalhadores*

1997

Uma auditoria do Banco Central indica a deterioração financeira do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), que culminaria anos depois em sua incorporação pelo Banco do Brasil.

1999

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina autoriza a transferência do controle acionário do BESC à União, por meio do PROES, possibilitando sua privatização ou extinção.

2000

O governo federal investiu R\$ 780 milhões no BESC, assumindo o controle acionário e federalizando o banco, com 96% do capital pertencente ao Tesouro Nacional. Embora o BESC tenha sido incluído no Programa Nacional de Desestatização, ele permaneceu sob controle público devido à pressão do movimento sindical e resistência dos bancários e da sociedade catarinense.

2003

Após as eleições que mudaram o governo em Santa Catarina e no nível federal, a União e o Estado iniciaram conversas para resolver a situação do BESC, visando manter o banco público como agente de desenvolvimento econômico e social.

2004

BESC realiza concurso público para diversos cargos, possibilitando a contratação de mais de 2 mil trabalhadores e trabalhadoras, medida que ampliou a capacidade de atendimento à população e reforçou sua rede de agências.

2006

O governador de Santa Catarina aprova um projeto que retirava as contas estaduais do BESC e concedia ao Bradesco após leilão. No entanto, o governo federal impede a concessão, pois o contrato de federalização exigia a manutenção das contas no BESC.

2007

Um termo aditivo foi assinado para a federalização do BESC, permitindo sua incorporação pelo Banco do Brasil, com informações divulgadas ao mercado e à sociedade. No final de 2007, o BESC teve um lucro de R\$ 27 milhões e, no primeiro semestre de 2008, R\$ 21,7 milhões. Com patrimônio líquido de R\$ 176 milhões, o banco contava com 3.375 funcionários e 252 agências, a maioria em Santa Catarina.

2008

Em 30 de setembro de 2008, o Banco do Brasil anunciava oficialmente a aquisição após a aprovação da operação pelas assembleias de acionistas, deixando o BESC de existir formalmente como instituição independente.



Defesa dos Direitos e Luta por Isonomia



Desde antes da incorporação em 2008, sindicatos e a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB) atuam para garantir os direitos dos trabalhadores do BESC. Em 1999, a privatização do BESC foi barrada pela pressão dos sindicatos e da sociedade. O governo, entretanto, tentou reduzir o número de empregados por meio de um Plano de Demissão Incentivada, que gerou polêmica, mas foi validado pelo STF.

Continuamos defendendo no plano de previdência:

- Aplicação da tabela PIP (Pontuação individual do participante) e possibilidade do aumento das reservas através das contribuições pela parcela 2B.
- Paridade contributiva nas contribuições patronais, com fim do limite de idade dos participantes egressos do BESC.

A luta dos sindicatos foi crucial para a manutenção dos empregos durante a incorporação ao Banco do Brasil. Contudo, passaram-se 17 anos e a busca pela isonomia de direitos ainda persiste.

O Governo Federal e a direção do Banco do Brasil prometeram preservar direitos, mas, apesar das mobilizações e ações judiciais, a plena isonomia nos Planos de Previdência e o acesso à CASSI ainda não foram alcançados.

Bancários egressos do BESC, especialmente em Plenárias e Conferências Estaduais, reafirmam a necessidade de mesas específicas com a direção do Banco do Brasil para resolver questões de isonomia de direitos.

Continuamos defendendo no plano de saúde:

- Migração para a Cassi dos funcionários da ativa e dos aposentados
- Melhorar o atendimento da CASSI no interior
- Participação do BB no custeio do plano de saúde no pós laboral

Compromisso com o diálogo e respeito aos direitos

No dia 30 de julho, a direção do Banco do Brasil apresentou sua intenção à Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) de transferir a gestão dos Planos de Previdência da Fusesc para a Previ, mantendo os direitos atuais e permitindo que funcionários possam optar pela migração no futuro. Essa mudança pode gerar economia e otimizar a gestão dos recursos previdenciários, mas depende de estudos e ajustes técnicos e atuariais a serem feitos por um Grupo Técnico em 120 dias.

Após esses estudos, será possível avaliar se a transferência será benéfica. É importante que os associados da Fusesc mantenham o diálogo e evitem insegurança. As reivindicações dos funcionários do Besc, como a inclusão na tabela PIP, continuam em pauta para debate futuro.

Além disso, foi anunciada a adesão dos funcionários de bancos incorporados ao plano da Cassi, mas a responsabilidade pelas contribuições pós-laboral será discutida nas negociações para o custeio da Cassi. A FETRAFI/SC convocará uma plenária para ouvir as perspectivas dos trabalhadores.

